

**DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA APÓS SESENTA ANOS
DO GOLPE NO BRASIL [ENTREVISTA]**

**DICTADURA EMPRESARIAL-MILITAR: UM ANÁLISIS CRÍTICO TRAS SESENTA AÑOS
DEL GOLPE EM BRASIL [ENTREVISTA]**

**BUSINESS-MILITARY DICTATORSHIP: A CRITICAL ANALYSIS AFTER SIXTY YEARS
OF THE COUP IN BRAZIL [INTERVIEW]**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.61468>

Caio Navarro de Toledo¹

A revista *Germinal* convidou, neste número, o professor Caio Navarro de Toledo para, de forma conjunta com as leitoras e os leitores, compartilhar reflexões acerca dos sessenta anos do golpe empresarial-militar de 1964. A partir dos estudos das obras marxianas e da tradição marxista, o professor Caio Toledo, analisa os desdobramentos do capital e suas reconfigurações ao redor do mundo. Desse modo, o minucioso exame das dinâmicas econômicas, sociais e políticas em países como Brasil estiveram sempre presentes em seus estudos.

O nosso entrevistado, atualmente é um dos principais editores do sítio de pesquisa e difusão da teoria marxista nas mais plurais perspectivas, o *marxismo 21^o*. Responsável por uma produção bibliográfica, entre livros e artigos científicos que possuem rigorosas análises acerca da emergência, causas e consequências do golpe empresarial-militar, Caio Toledo, neste diálogo com a *Germinal*, versou sobre a sua trajetória, comentou a realidade brasileira no período do golpe, as mistificações revisionistas que gravitam sobre o tema e que se intensificaram no último período e tensionam a disputa ideológica, bem como, entre outros tópicos, o alcance e a pertinência de teorias marxistas para apreensão da realidade

A revista *Germinal* agradece ao professor Caio Navarro de Toledo pela generosidade de ter aceitado o convite e, sobretudo, pelas essenciais contribuições apresentadas e que enriquecem o necessário debate sobre a ditadura empresarial-militar no Brasil. Agradecemos igualmente à comissão editorial do presente número, formada pelas professoras e professores Cláudio Beserra de Vasconcelos (UFFRJ e SEEDUC/RJ), Márcia Lemos (UESB), Osvaldo Teodoro (SEE-MG) e Rejane Carolina Hoeverler (UFAL),

responsável pela entrevista, que contou também com a colaboração do professor Demian Bezerra de Melo (UFF). Segue a presente entrevista:

Germinar: Professor, sua produção tem um perfil notadamente marxista. Com base nessa constatação, poderia contar um pouco sobre a sua trajetória intelectual? Em especial, como foi o seu processo de contato e desenvolvimento intelectual em torno dos referenciais marxistas?

CNT: Sempre resisto a examinar minha trajetória pessoal. De todo modo, ao ser indagado por *Germinar*, observo que minha resposta deve valer, basicamente, pelo exame do contexto histórico e político durante o qual ocorreu minha formação acadêmica.

Com certeza, minha aproximação à teoria marxista não foi influenciada por renomados professores e disciplinas cursadas no Departamento de Filosofia (DF) da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, localizada na lendária Rua Maria Antônia. Durante toda a minha formação na graduação (1963-1968), nenhuma disciplina oferecida pelos docentes do DF – no pré-golpe e nos primeiros anos da ditadura – tematizava o pensamento de Marx ou de qualquer outro autor da tradição marxista.

Neste momento de minha formação universitária, menções à obra de Marx, por parte de docentes da USP, apenas provinham de artigos de Gérard Lebrun e Michel Debrun, que tinham ensaios publicados em revistas editadas fora da universidade. Embora não marxistas, os dois docentes franceses – distinguindo-se de seus colegas brasileiros – tinham seus olhos voltados para a realidade social e cultural brasileira e, em seus textos, faziam alusões à obra de Marx.

Como sabemos, foi pela iniciativa de José Arthur Giannotti, docente do Departamento de Filosofia (DF) que, em fins dos anos 1950, criou-se, fora da USP, o “Seminário Marx” (ou “Grupo sobre *O capital*”), reunindo professores de diferentes áreas da FFCL da USP. Durante sua vigência até 1964, o *Seminário* veio a ser integrado por novos membros, alguns deles jovens assistentes do DF e atuantes em grupos de esquerda no período. É digno de nota o fato de o primeiro trabalho acadêmico sobre a obra de Marx – de Emir Sader, orientado na ocasião por Ruy Fausto, jovem assistente do Departamento e militante da organização trotskista *Política Operária* (Polop) – ter sido defendida nesse Departamento em 1968.

Minhas primeiras aproximações com a teoria marxista vieram, contudo, de meu envolvimento com o movimento estudantil nos anos que antecedem o golpe de 1964 e em sua resistência à ditadura militar. O interesse pela obra marxista também foi despertado e consolidado através do rico debate político e cultural que se manifestava com a publicação de obras de autores de esquerda, particularmente, pela editora Civilização Brasileira – que editou, por exemplo, a coletânea *Cadernos do Povo Brasileiro* –, sob a direção do saudoso Ênio da Silveira.

Autores marxistas e progressistas europeus e dos EUA eram editados por essa editora que, no pré-1964, esteve na linha de frente em defesa das reformas de base e, a seguir, no combate ao obscurantismo cultural da ditadura militar. Revistas progressistas e de esquerda desse período, igualmente, abriram caminho para a leitura da obra de Marx e dos marxistas; entre elas, estavam a *Revista Brasiliense*, *Civilização Brasileira*,

Estudos Sociais, Teoria e Prática. Entre os colaboradores das duas primeiras revistas, estavam cientistas sociais da USP (entre eles, Florestan Fernandes e Octavio Ianni) que lecionavam na Rua Maria Antônia. A rigor, nos anos seguintes ao golpe, a teoria marxista – que nunca integrou os cursos regulares do curso de Filosofia – passou a ter cidadania na FFCL-USP a partir das iniciativas e interpelações feitas pelo movimento estudantil aos seus docentes e pelos cursos ministrados por professores das áreas de ciências sociais e economia da USP.

Para não me alongar neste registro autobiográfico, acrescento mais duas observações.

Antes de ingressar no ensino superior, tive intenso envolvimento com a *União Cristã dos Estudantes do Brasil* (UCEB), filiada à Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (Fumec), de tradição protestante, sediada em Genebra, Suíça. Embora não fosse uma entidade que se comportasse ou se identificasse com um projeto político e ideológico específico no meio estudantil, a UCEB teve, nos anos pré-1964, um forte envolvimento com o debate sobre as reformas sociais e a chamada “revolução brasileira”.

Pode ser afirmado que a UCEB, cujos membros militavam em diferentes grupos políticos dentro do movimento estudantil (Ação Popular, PCB, Política Operária e outros), tinha em Richard Shaull sua principal referência intelectual e política. Orientado pelas obras de, entre outros, Dietrich Bonhoeffer, Reinhold Niehbur e Karl Barth – pensadores cristãos críticos progressistas –, Shaull se destacava pela reflexão em torno da relação entre cristianismo e marxismo e pelos desafios que se colocavam aos cristãos diante da chamada “questão social e política”. De uma perspectiva crítica – que, para alguns intérpretes, teria antecipado as primeiras formulações da chamada “Teologia de Libertação” –, o teólogo presbiteriano estadunidense escreveu, a partir de 1952, vários livros que tematizavam a Revolução Social em curso na América Latina.

Defendendo o pleno envolvimento dos cristãos com os movimentos políticos sociais seculares nas lutas pelas transformações sociais de seus países, Shaull teve problemas com a hierarquia conservadora da Igreja Presbiteriana no Brasil que considerava ser *comunizantes* seus escritos, conferências e prédicas; vários pastores brasileiros – que se orientavam por suas ideias e concepções teológicas e políticas – sofreram, durante a ditadura militar, sanções da hierarquia dessa denominação religiosa. Entre as personalidades protestantes brasileiras que conviveram e foram influenciadas pelo pensamento de Richard Shaull, podem ser lembradas dois atuantes membros da UCEB nos anos 1960: Rubem Alves, teólogo, psicanalista e ex-professor da Unicamp, e Paulo Stuart Wright, sociólogo, militante da AP e deputado federal pelo PTB-SC, cassado e assassinado pela ditadura militar.

Meu envolvimento com o marxismo foi, em síntese, provocado por minha intensa participação na UCEB, organização estudantil que, embora levasse o nome de cristã, atuava como uma entidade inteiramente secular. Mergulhada intensamente no debate político, a UCEB tinha uma irrestrita identificação com os movimentos de esquerda e de orientação socialista, sem qualquer vínculo ou subordinação às hierarquias das igrejas protestantes brasileiras. Pessoalmente, a partir deste crescente envolvimento com a UCEB, nos anos 1960 – participando de reuniões ou seminários de estudos nos EUA, Cuba, Chile, México e Argentina – afastei-me gradativamente da Igreja Metodista à qual estive filiado até meu ingresso na universidade.

Nos anos 1960, ideologicamente, talvez eu pudesse ser identificado como um jovem “cristão humanista” que se sensibilizava com as profundas “injustiças sociais” e que repudiava a “imoralidade” da ordem capitalista vigente no Brasil e no mundo. Minha adesão a uma entidade que defendia o engajamento dos cristãos nas lutas sociais de seu tempo foi intensa, irrestrita e entusiasmada. Gradativamente, dava-me conta que a formação religiosa recebida do protestantismo metodista revelava ser insuficiente para responder aos desafios urgentes postos pela realidade social. Por sua vez, as reflexões críticas de pensadores cristãos humanistas não me pareciam fornecer instrumentos teóricos e políticos consistentes para a realização da “Revolução Social”, particularmente na AL, como mostrava ser o fulgurante caso da Revolução Cubana nos anos 1960.

Pela leitura das publicações de esquerda, pelo intenso debate no movimento estudantil e pelas experiências permitidas pelo rico cenário cultural dos anos 1960 (cinema e teatro, em particular), gradativamente fui me convencendo acerca da superioridade da obra de Marx para o enfrentamento dos desafios teóricos e políticos que nos interpelavam. Em suma, para ser um “humanista consequente”, acabei me convencendo de que apenas a obra marxista oferecia recursos intelectuais e políticos para que a Revolução Social se tornasse uma realidade no Brasil.

Certamente, anseios da juventude irrealizados. Passados 60 anos do golpe de 1964, estas expectativas ainda me acompanham, não obstante as derrotas e frustrações políticas que ficaram pelo caminho.

Germinar: Parte relevante de sua produção é dedicada ao estudo do pensamento e da intelectualidade marxista nacional e internacional. Outra parte significativa é voltada para a história do Brasil entre os anos 1950 e o golpe de 1964. Observada sua experiência nessa área do conhecimento, quais elementos da teoria marxista podem ser apontados como fundamentais para a compreensão da realidade brasileira no período supracitado?

CNT: Por sua extensão, diversidade, complexidade e fecundidade, a obra de Marx é uma referência indispensável a todos pesquisadores das áreas das ciências sociais, história e economia política que buscam conhecer e analisar criticamente a estrutura e a dinâmica da sociedade capitalista em seus diferentes níveis de concretização.

Ao pesquisar as ideias sociais e políticas vigentes nos 1950-60 e suas relações com as instituições, os grupos políticos e movimentos sociais no período que precede o golpe militar de 1964, busquei me orientar pela crítica da ideologia presente ao longo da obra de Marx. Sobre este ponto, impõe-se esclarecer que é consensual, entre os intérpretes mais qualificados desse autor, o reconhecimento de que não existem em Marx uma teoria da política e uma teoria da ideologia, explicitamente elaboradas ou sistematizadas, tal como se configura com a crítica da economia política (contida nas obras da maturidade, como *O Capital* e os *Grundrisse*).

Mas, é inegável que, na vasta obra do autor, existem noções e conceitos em “estado prático” que permitem ao pesquisador proceder a uma análise fecunda e crítica da realidade social. Se Marx não elaborou

uma teoria da ideologia ou da política, sua obra sobre a estrutura, funcionamento e dinâmica do modo de produção capitalista, no entanto, é, essencialmente, *crítica da ideologia*, *crítica da política* e *crítica da economia* – instâncias decisivas da formação social capitalista.

Como crítica da ideologia, a reflexão sobre o *fetichismo da mercadoria* ocupa um lugar central. A ideologia é aqui concebida como um discurso falso e ilusório, ~~mas~~ como a expressão autêntica e fiel das relações sociais de produção que, na ordem capitalista, estão necessariamente fetichizadas, coisificadas ou alienadas. Na sociedade capitalista, os agentes sociais a experimentam como algo diferente do que ela realmente é. O *fetichismo* da mercadoria seria, pois, o reflexo de uma ordem social invertida que é, na realidade, o mundo capitalista; o *fetichismo* não é apenas um estado de espírito. Embora o termo ideologia não seja mencionado na reflexão sobre o *fetichismo da mercadoria*, a ideologia está ali identificada como uma “aparência objetiva”, como um conjunto de ‘ilusões socialmente necessárias’.

Como fica explicitado em acurado comentário de Maurice Godelier sobre as ilusões propiciadas pela existência do *fetichismo*, não são os indivíduos que se enganam, em virtude de uma falsa percepção ou observação desatenta da realidade; a rigor, é a própria realidade social que engana os indivíduos na ordem capitalista, pois a realidade está objetivamente invertida (onde, o trabalho morto domina o trabalho vivo; onde as coisas tomam o lugar do homem; onde os produtos se autonomizam face aos seus criadores). Burgueses e proletários, na medida em que estão subordinados e cativos das relações de produção existentes, são igualmente prisioneiros da ideologia: agem com consciência, mas, como adverte Engels, com uma consciência *necessariamente* falsa.

Serão nos textos de análise histórica de Marx que a política e a ideologia deixam de ser encaradas de forma negativa; nestas obras, as ideologias – sob a dimensão da luta de classes – aparecem desempenhando papéis decisivos e funções eficazes na luta social. Longe de conceber a ideologia como um “puro sonho” ou uma “construção imaginária” ou ainda “mera mistificação”, Marx, em inúmeros textos, inclusive em *A ideologia alemã*, concebe as representações ideológicas como “*ilusões socialmente necessárias*”. O famoso trecho de Marx e Engels – em que se afirma que as ideias dominantes em uma sociedade classista são as ideias da classe dominante – nega qualquer leitura da ideologia como construções arbitrárias e fantasiosas; ou seja, as ideias têm um papel decisivo na dominação social.

Igualmente, encontra-se em *A ideologia alemã* uma fecunda noção da ideologia como “língua da vida real”, como necessidade histórica e social exigida pelo intercâmbio entre os homens.

Em meus textos e pesquisas acadêmicas sobre a luta ideológica e política nos anos 1960, na ditadura militar e na Nova República (sobre o ISEB e o nacional-desenvolvimentismo; o governo Goulart, o golpe de 1964; a perspectiva ideológica dos militares; os livros didáticos durante a ditadura e escritos de ocasião), partilhei da concepção materialista sobre a ideologia e a luta ideológica de classes. As ideologias, para serem conhecidas, não podem prescindir de uma rigorosa análise de suas bases materiais. Não são simples *epifênômenos* ou mera superestrutura, mas apenas podem ser rigorosamente explicadas no contexto dos embates sociais que são as lutas de classes.

Germinar: Sabe-se que a luta por hegemonia é atravessada pela disputa de ideias e preservação da memória. Nesta perspectiva, a extrema-direita tem adotado compreensões inautênticas sobre a ditadura empresarial-militar no Brasil, expressas sem nenhum lastro com a realidade. Como verifica, na atualidade, esse movimento de disputa em torno deste período da história brasileira?

CNT: A meu ver, decorridos 60 anos do evento de 31 de março de 1964, impõe-se reconhecer que, no plano simbólico, o pensamento de esquerda não deixa de ser vitorioso. Hoje, é dominante nos meios culturais, editoriais e jornalísticos do país a compreensão de que, há 60 anos, um golpe contra a democracia vigente no país foi um infausto episódio em nossa história. Este reconhecimento pode ser comprovado por meio de obras qualificadas da historiografia e da ciência política, da produção cultural (literatura, cinema, teatro, música etc.), de matérias jornalísticas, filmes, telenovelas e minisséries de TV e de um extenso número de *sites/blogs* jornalísticos e culturais.

Ao contrário do que ocorria durante os quase 21 anos de governos militares, atualmente, o conjunto da grande mídia brasileira – que teve um papel ativo na derrubada do governo democrático de João Goulart e em apoio à ditadura militar – não mais comemora o 31 de março de 1964. Por um lado, quando aludem à data, os noticiários dos grandes meios de comunicação passam a empregar a noção de “golpe militar de 1964” em substituição à apologética designação de “Revolução de 1964”; por outro, com frequência, o termo regime militar é substituído pela expressão *ditadura militar*. Lembre-se que eram estes os termos que, de imediato e sem hesitação, as esquerdas brasileiras empregavam para designar o 31 de março de 1964 e o período político concluído em 1985.

Destaque-se que, atualmente, até mesmo o mais atuante aparelho ideológico durante a ditadura militar – as *Organizações Globo* (poderoso conglomerado de empresas reunindo jornais, revistas, rádios e TV aberta e paga) – divulga notícias, produz vídeos/documentários, entrevistas etc. com conteúdo crítico ao golpe e denomina o período 1964-1985 de *ditadura militar*. Evidência eloquente desta afirmação foi o editorial de *O Globo* (31/8/2013) no qual o jornal admite publicamente que seu apoio “*ao golpe de 1964 foi um erro*”. Na mesma direção, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, insufladores do golpe militar, não mais produzem quaisquer matérias jornalísticas (editoriais, ensaios e reportagens) exaltando o evento de 31 de março de 1964.

No entanto, se é um fato auspicioso que estas representações de conteúdo democrático são hoje predominantes em nossos meios culturais e editoriais, não devemos nos iludir quanto à extensão e consistência desta “vitória” no plano simbólico; afinal, temos de convir que, no conjunto do país, ainda é altamente insuficiente o conhecimento e o debate públicos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Embora existam livros, teses acadêmicas, filmes e documentários, peças de teatro etc. que denunciam o clima de terror e a sistemática violência do regime militar (censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e mortes), apenas os reduzidos setores intelectualizados da sociedade brasileira têm um conhecimento razoável destes sombrios tempos de nossa história política. A rigor, o golpe de 1964 e a ditadura militar são realidades que têm pouco significado político e existencial para as vidas de milhões de homens e mulheres das classes populares e trabalhadoras.

Não é, pois, descabido afirmar que a democracia política vigente no país ainda não logrou ser plenamente vitoriosa posto que não enterrou, definitivamente, a ditadura militar de 1964. Além de instituições e dispositivos herdados do período militar, cujos efeitos ainda se fazem sentir sobre a atual vida política e social brasileira, a memória da ditadura é frágil, imprecisa e lacunar.

Hoje, com a emergência e presença ativa do bolsonarismo – movimento político e ideológico de extrema direita (que, nestes últimos cinco anos se manifesta massivamente nas ruas, nas redes sociais e na política institucional) –, a memória sobre 1964 e a ditadura militar passam a ser ainda mais objeto de uma acirrada disputa no plano da memória e da luta ideológica.

Por ora, reconheça-se que, não obstante a intensa propaganda bolsonarista sobre os propalados méritos da ditadura militar e a exaltação mitificada dos militares, nenhuma obra cultural qualificada (livro, filme, peça teatral, música) reabilitando o golpe e a ditadura militar foi produzida por seus intelectuais e artistas nem alcançou repercussão popular e massiva. O caráter panfletário de suas formulações ideológicas é marca essencial do bolsonarismo; sua produção cultural não tem qualquer consistência intelectual e jamais se compararia com a de movimentos fascistas internacionais.

Tendo em vista que as ideologias se explicam e se sustentam por suas bases materiais, a propaganda bolsonarista sobre a ditadura militar terá sempre um caráter mítico e mistificador. Jamais terá o apoio ativo dos trabalhadores e setores populares, pois, para a grande maioria da população brasileira, nos seus 21 anos de existência, a ditadura militar apenas significou arrocho salarial, desemprego, deterioração de seu nível de vida e descontrolada inflação. Para os setores combativos dos movimentos sociais, a ditadura militar apenas representou medo, repressão e terror.

Finalmente, impõe-se reconhecer que a vitória simbólica do pensamento de esquerda sobre os significados de 31 de março e da ditadura não tem um caráter massivo e popular; no entanto, na luta ideológica pela memória, a direita e a extrema direita brasileira não podem senão se valer da propaganda e falsificação histórica sobre estes dois eventos relevantes da recente história política brasileira.

Uma breve nota final: o atual presidente da República Lula da Silva, por ocasião da tragédia humanitária representada pelo genocídio na Faixa de Gaza, fez declarações de repúdio à política de terror do Estado de Israel. Todos os setores democráticos do mundo ficaram sensibilizados com o destemido gesto do governante brasileiro; sua fala altiva alçou-o à dimensão de um Estadista. Semanas depois, os setores democráticos do país, contudo, foram surpreendidos e chocados com duas decisões que revelam a subalternidade de Lula da Silva aos altos comandos das Forças Armadas – que, constitucionalmente, devem estar subordinados ao presidente da República.

Após um acordo de bastidores com os militares – que lhe prometeram não convocar atos comemorativos em defesa da “Revolução de 1964” –, Lula da Silva proibiu que qualquer ministro ou órgão governamental convocasse reuniões ou manifestações, em 31 de março de 2024, que denunciassem o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil. Outra decisão profundamente decepcionante foi a de garantir aos ministros militares que o governo federal desistia do projeto de construir um *Museu da Memória e Direitos*

Humanos, à semelhança daquele existente em Santiago, Chile, em memória a todos e todas que resistiram à ditadura militar.

Desconheço ter havido, desde 1985 até os dias presente – com exceção do período governamental de 2019-2022 –, um comportamento presidencial tão insultuoso como este aos brasileiros e brasileiras que lutaram contra a política de terror vigente no pós-1964 e morreram sob seu jugo

Germinar: Na virada para os anos 2000, começou a ganhar espaço na Academia teorias revisionistas sobre a ditadura. Apresentando por justificativa a necessidade de estudo das “complexas relações entre a sociedade e a ditadura”, trabalhos dessa perspectiva apresentam críticas às análises de perfil marxista sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura. Sua crítica a esses autores é precursora de um debate hodierno. Já em 2004, no artigo “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”, publicado na revista *Crítica Marxista*,³ seu foco foi analisar a confluência e os conflitos entre as interpretações de militares e conservadores e as teses revisionistas de acadêmicos sobre o golpe de 1964. Uma das convergências residiria na alegação da existência de um golpe de esquerda em andamento no pré-1964 por parte dos revisionistas, afirmação que teria efeitos ideológicos, pois iria ao encontro das versões difundidas pelos defensores do golpe e contribuiria para a legitimação da ação golpista da direita. Posteriormente, outros críticos alertaram para o perigo contido nas teses revisionistas e para as consequências possíveis. Passada menos de uma década dessas advertências, vozes negando ou defendendo o período ditatorial ganharam força, nas ruas, na imprensa e, finalmente, nas urnas. Como avalia essa questão? Uma memória positiva sobre a ditadura voltou com força hegemônica? Crê existir alguma relação entre as interpretações revisionistas, a memória positiva da ditadura e os acontecimentos políticos recentes do nosso país?

CNT: Confrontando-se com a historiografia e o pensamento político de esquerda, autores acadêmicos do campo democrático – alguns deles, inclusive, com ativa participação na resistência democrática pós-1964 – formularam interpretações de caráter revisionista sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar.

Publicadas em artigos e entrevistas (em jornais da grande imprensa e debates acadêmicos), estas teses – pelo caráter crítico às interpretações dominantes na esquerda brasileira – foram bem acolhidas pela grande mídia brasileira. De forma sintética, pode ser dito que, na visão desses acadêmicos, todos os agentes relevantes do processo político, na conjuntura de 1964, estavam comprometidos com o *golpismo*. Assim, os militares, os partidos e entidades liberais e conservadoras, os movimentos sociais e partidos de esquerda e o então presidente da República, João Goulart – por “*não morrerem de amor pela democracia*” –, estariam prontos para desfechar um golpe de Estado.

Não se preocupando em distinguir as motivações e as atuações específicas de cada um dos agentes políticos – nem avaliar os recursos materiais e simbólicos que cada um deles detinha –, os revisionistas impõem-nos a conclusão de que todos os agentes políticos relevantes (as Forças Armadas, a direita partidária, o empresariado nacional, a alta hierarquia católica, o conjunto da mídia, os partidos e movimentos sociais de esquerda e o governo Goulart) estavam em igualdade de condições e absolutamente nivelados em termos de responsabilidade política pela derrubada da democracia instituída pela Carta de 1946. Ou seja,

para esses autores não era relevante distinguir: que alguns desses atores eram privilegiados com financiamentos de empresas e bancos nacionais e de empresas multinacionais; que recebiam permanente assessoria de centros de estudos que reuniam a intelectualidade de direita; que tinham o incentivo e o apoio de agências e inteligência dos EUA e a simpatia da grande mídia que denunciava a “subversão em marcha”. Tais intérpretes, igualmente, parecem desconhecer que – na retaguarda de todas essas forças que se opunham à “comunização” do país – estavam, também, de sobreaviso, porta-aviões, destroieres, aviões de caça, tanques e muita munição para se confrontar com uma eventual resistência dos “subversivos” e “esquerdistas”.

Nos escritos destes revisionistas – que não encontraram qualquer comprovação documental nos inúmeros Inquéritos político-militares (instaurados contra civis e militares de esquerda ou progressistas) –, os recursos materiais (financeiros e militares) para o desencadeamento da “revolução socialista” jamais são apresentados e nem, à guisa de hipótese, são cogitados. Evidências e dados empíricos a respeito também não são oferecidos ao leitor.

Da parte dos agentes de esquerda, estes autores apenas se baseiam na retórica panfletária de seus inflamados discursos, no parlamento e em praças públicas, que asseguravam que “cabeças cortadas” rolariam caso os golpistas se atrevessem a impedir as reformas sociais propostas e derrubar o governo Goulart.

Impõe-se aqui reconhecer que a afirmação da existência de um “golpismo das esquerdas” tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, colabora para reforçar as versões difundidas pelos ideólogos militares e civis que justificam o golpe civil-militar de 1964. Para estes, os militares, de forma pacífica e patriótica, agiram para conter o iminente golpe das esquerdas; afirmavam eles que, caso este fosse vitorioso, um “regime ditatorial”, como seria o de Cuba socialista, seria instalado no país com a supressão das liberdades, dos valores cristãos e da propriedade privada. Pode ser dito que as teses revisionistas sobre o *golpismo* das esquerdas – que hoje são destacadas em escritos de renomados ideólogos militares – atenuam as responsabilidades das Forças Armadas e da direita civil pela supressão da democracia e pela política de terror imposta pela ditadura militar. Afinal, os militares e os civis teriam agido “em legítima defesa”.

Relembradas e aqui questionadas, julgo que cabem aos críticos do revisionismo examinarem os pressupostos políticos e teóricos dessas teses formuladas por acadêmicos brasileiros.

Distinguindo-se de autores conservadores, os revisionistas – de convicções democráticas e alguns, até mesmo, ex-militantes de esquerda – não contestam a legitimidade das demandas pelas reformas sociais e econômicas no pré-1964. No entanto, ao não conceberem a existência de uma relação dialética entre reformas e democracia, acabam sempre privilegiando esta última noção na medida em que entendem que as mudanças sociais deveriam estar condicionadas à preservação das instituições democráticas. Reformas poderiam ser postuladas, mas não aquelas que, pela sua *radicalidade*, viessem ameaçar o ordenamento democrático então vigente na sociedade brasileira. Sob essa perspectiva, as lutas sociais – que sempre são *lutas de classes* – não deveriam ser exacerbadas nem radicalizadas caso desejemos preservar a democracia política no capitalismo brasileiro.

A posição teórico-política desses autores implica, assim, conceber, de forma reticente e moderada, a luta por reformas substantivas na ordem capitalista. Por conseguinte, fica distante do horizonte político e estratégico desses autores a possibilidade de se construir uma democracia que – mediante uma ampla participação política dos trabalhadores e dos setores populares – permita significativas e duradouras conquistas sociais e econômicas para as classes subalternas.

Ao questionarem as reformas "radicais", que poderiam implicar o comprometimento das "instituições democráticas", os revisionistas, a rigor, justificam e defendem as *democracias realmente existentes*; numa palavra, aceitam os regimes democrático-liberais excludentes nos quais os direitos e as liberdades políticas têm reduzida eficácia no sentido de atenuar as profundas desigualdades sociais e extinguir as distintas opressões extraeconômicas (de gênero, étnicas, raciais, sexuais etc.) inerentes à sociedade capitalista

Pode-se afirmar que os pressupostos teórico-políticos das teses revisionistas nos levam a conceber a relação entre reformas e democracia de forma *disjuntiva*, não *dialética*. Nega-se, assim, a possibilidade de existir uma relação de complementaridade ou reciprocidade entre democracia política e mudanças sociais e econômicas. Tais teses não nos permitem conceber que a democracia ampliada e de massas é uma condição decisiva para a realização das reformas em profundidade da ordem capitalista; aceitando-as, deixa-se, igualmente, de entender que as instituições democráticas apenas adquirem consistência quando são realizadas efetivas e significativas mudanças sociais e econômicas que beneficiem as massas populares e os trabalhadores.

Em suma, além de não comprovarem a tese do *golpismo*, as teses revisionistas imputam às esquerdas brasileiras no pré-1964 uma cultura política não-democrática. Numa palavra, as esquerdas são acusadas de *golpistas* pelo fato de serem críticas das limitações estruturalmente classistas da democracia liberal representativa. Por seus questionamentos à ação das esquerdas nos anos 1960, os autores das teses revisionistas parecem admitir que a democracia liberal representativa se constitui na realização mais completa da civilidade.

Estou convencido de que estes comentários fazem sentido para os cinco autores cujos textos privilegiei em meu artigo mencionado na indagação de vocês. No entanto, devem ser eles entendidos como provisórios e hipóteses preliminares. Impõe o rigor intelectual esclarecer que uma análise mais consistente dos pressupostos teórico-ideológicos das teses revisionistas desses autores exigiria uma avaliação da trajetória política e intelectual de cada um desses autores. Trata-se, pois, de uma pesquisa relevante ainda a ser feita.

Duas sucintas observações poderiam então ser acrescentadas às considerações anteriores.

Acadêmicos de convicções democráticas que expuseram teses revisionistas – alguns deles ex-militantes de esquerda durante a ditadura e, outrora, simpatizantes do marxismo –, foram gradativamente se afastando dos ideais críticos e contestadores que justificavam sua antiga militância. A "crise do marxismo" e a *debacle* do socialismo real, que teve o desmoronamento da antiga URSS como seu acontecimento maior, não estariam na origem de inumeráveis "conversões" ao pensamento liberal? Bem sabemos que, em todo o mundo, não foram poucos os intelectuais socialistas e marxistas, que abjuraram a teoria de Marx e se

converteram à democracia liberal. Para muitos autores, o “fim da história” e o colapso das “utopias socialistas” testemunharam que não mais haveria salvação fora dos quadros da democracia capitalista.

No período da luta contra a ditadura, a questão da democracia passou a ter primazia na reflexão e ação políticas de setores das esquerdas brasileiras. A este respeito, deve-se destacar a atuação de autores e militantes do PCB que acolheram com entusiasmo as teses formuladas pelo pensamento eurocomunista italiano. Fez época, em fins de 1970, o artigo publicado por Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, em 1979. Trata-se de um memorável texto pela intensa repercussão que teve no seio das esquerdas e pela influência que ainda exerce sobre ensaístas ex-comunistas que, hoje, integram a chamada “esquerda democrática” brasileira.

Uma obra igualmente importante que contribuiu para a consolidação do valor da democracia na cultura política de esquerda – por vezes, de sua *fetichização* – foi publicada em 1984. Em *Por que Democracia?*, Francisco Weffort, docente da USP e ex-dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores – ecoando as teses defendidas, anos atrás, por Carlos Nelson Coutinho –, afirmava que a batalha pela democracia no Brasil se identificava com a própria *Revolução*.

Reconhecendo o caráter sumário e alusivo de meus comentários, entendo que uma explicação mais rigorosa do revisionismo dos acadêmicos deveria implicar a análise do contexto histórico-social e ideológico em que estes autores atuaram. A este respeito, remeto o leitor a um texto em que elaboro mais extensamente a crítica às teses da chamada “esquerda democrática” no Brasil. Trata-se de “*A modernidade democrática esquerda: adeus à revolução?*”, revista *Crítica Marxista*, n. 1, 1994⁴, cuja epígrafe poderia ser a seguinte: “(...) há na essência da concepção socialista uma relativização do conceito de democracia. A democracia é, sem dúvida, um valor, mas ela não escapa às determinações da sociedade civil. Por isso, não pode ser representada como um valor em si e, muito menos, como um valor absoluto”. (Florestan Fernandes, *Em defesa do socialismo*, 1990).

Em suma, sob a perspectiva crítica do materialismo histórico, a democracia na sociedade civil burguesa não pode ser analisada e transformada senão sob a dimensão da luta de classes. Numa sociedade em que todas as instâncias se orientam pelos ditames da acumulação do capital e leis férreas do mercado, a democracia – por mais avançada politicamente que seja – será necessariamente *burguesa*. Uma democracia em que haja plena soberania popular e equidade social apenas será possível nos marcos de uma sociedade que transcenda a ordem capitalista.

Por fim, desconheço se existiriam qualificadas obras, publicadas recentemente nas áreas da Ciência Política e da Historiografia, que aprofundam as teses revisionistas sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. No entanto, estou convencido de que as formulações críticas à ação das esquerdas no pré-1964 e a tese da defesa da “democracia em geral” se fazem presentes em artigos publicados em jornais da mídia empresarial (nas seções de opinião e páginas culturais) e, inclusive, em sites *progressistas* do país. Muitos dos autores desses textos são ex-militantes de esquerda (egressos de partidos comunistas e ex-ativistas trotskistas); de bom grado, aceitam eles, sem nenhum questionamento, a filiação à “esquerda democrática”. Nas redações de jornalismo das TV’s e da imprensa impressa encontram-se também ex-militantes de esquerda que, hoje, se rendem à democracia liberal.

Germinal: A ditadura-empresarial militar no Brasil possuiu diversos agentes, mas entre os principais operadores, destacam-se as Forças Armadas. Não é novidade ao longo da história do Brasil a inserção política dos militares. Entretanto, após o processo de “redemocratização” os níveis de interferência, à primeira vista, pareciam arrefecidos. Passados sessenta anos do golpe, considerando as experiências turbulentas dos últimos governos, na sua percepção, qual é, de fato, a capacidade mobilizadora e ideológica das Forças Armadas na atual conjuntura política?

CNT: A tutela militar sobre governos civis tem sido uma prática permanente durante toda a história política brasileira. Mais ostensiva em certos momentos, mais camuflada em outros, a tutela militar – a famosa “espada de Dâmocles” – não deixou de assombrar, em todo o período republicano, a cabeça de todos os governos eleitos democraticamente.

Justificadas por ilusórias e mistificadoras concepções segundo as quais foram decisivas na “criação da Nação brasileira” e que, por excelência, estão incumbidas de realizar as tarefas mais relevantes da nacionalidade (ordem, paz, progresso e soberania), as Forças Armadas, por meio de seus ideólogos e porta-vozes, acreditam que têm o direito e o dever de intervir politicamente em momentos de conflitos sociais e ameaças de rupturas institucionais. Para uma estudiosa dos militares na história política brasileira, desde a Proclamação da República, “os militares se autoconceberam como uma casta, e as castas são intocáveis, entendem que não podem ser cobradas nem criticadas. Acham que estão sempre certos, que são melhores que os civis, que são moralmente mais corretos, mais patriotas”.⁵

Reconheça-se que essas crenças são possíveis, pois a maioria da população brasileira parece ser *militarista* pelo comprovado fascínio e elevado respeito que revela ter pelas FA’s. Esta observação não fica comprovada com a ação das chamadas *vivandeiras de quartel* que, ontem e hoje, diante da “subversão política”, da “nação em perigo” e das “ameaças do comunismo” batem à porta das casernas a fim de clamar pela “ação patriótica” e “salvadora” dos militares?

Não foram estas *vivandeiras*, no pré-1964, por meio de marchas, passeatas e atos públicos – financiados por empresários nacionais e internacionais, apoiados pela alta hierarquia católica e incentivados pela grande mídia – que pediram aos militares que salvassem o país do “comunismo ateu e apátrida”, erradicassem a “subversão da ordem” e garantissem a democracia e a civilização cristã ameaçadas?

A história bem sabemos. Instalados no poder em 1964, os militares prometeram – após expurgarem as instituições dos “corruptos” e dos “inimigos da pátria” – que, em pouco tempo, voltariam às casernas. A partir de 1974, anunciada pelo ditador Ernesto Geisel, a *transição lenta, segura e gradual* levaria cerca de 11 anos para se completar... Foi uma transição pactuada (uma “transição transada” ou “negociada”) na qual os civis aceitaram que os militares dessem as cartas; embora conseguissem demonstrar relativa força política com o movimento das “Diretas já”, eleger uma combativa bancada de constituintes e mobilizar os movimentos sociais, a oposição democrática foi incapaz de impedir os militares de se afastarem do controle do processo político da redemocratização do país.

Sem aqui examinar o processo desta *transição pactuada* – que se distingue de outras ocorridas em países egressos de regimes autoritários –, não se pode senão aceitar a conclusão de estudiosos para os quais,

no Brasil, houve um fracasso quase total da tentativa de submeter os militares ao poder civil. Uma ilustração pode ser dada por um episódio da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987.

A crônica política nos informa que, durante a ANC (que teve um papel inovador em matéria de definir novos direitos sociais), 40 assessores militares estiveram ativamente presentes. Nas palavras do general Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército, os militares conseguiram tudo o que queriam na Constituinte, aprovando 26 pontos que consideravam importantes. Entre eles, o polêmico art. 142 que reza: “*As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*” Sabe-se que a redação deste artigo foi motivo de intensa controvérsia entre constituintes de direita (comandados pelo loquaz general) e de esquerda.

Ao final, a expressão “lei e ordem”, questionada pelos setores progressistas e democráticos, acabou prevalecendo no texto aprovado. Para as esquerdas, a manutenção da expressão “lei e ordem” poderia significar que teria sido conferido aos militares o direito de exercerem uma espécie de *Poder Moderador* em caso de conflito entre os Poderes da República. A fim de evitar este risco, as esquerdas desejavam circunscrever a ação constitucional das Forças Armadas à segurança do país contra inimigos externos. Foram, porém, derrotadas pela direita, eficientemente pressionada pelos militares.

Não foi sem razão o empenho dos militares – “tutores da Nação” – na redação do art. 142 na qual saíram vitoriosos. Não é exatamente este artigo que tem sido invocado por lideranças políticas e militares bolsonaristas para defender a intervenção militar, logo após a derrota eleitoral de 2022?

Segundo a extrema-direita, a intervenção militar estaria justificada, pois o país estaria assistindo a um conflito entre o poder Executivo – “que jogava dentro das quatro linhas” – e ministros do STF que estariam acobertando a “fraude eleitoral” e agindo “arbitrariamente” contra o governo. A este respeito, constitucionalistas conservadores foram consultados. Um dos mais notórios juristas da direita brasileira, Ives Gandra – para quem, em 1964, havia bases legais para a destituição do governo de João Goulart e, em 2016, para o *impeachment* de Dilma Rousseff –, ao ser consultado, opinou que a intervenção militar podia “*ocorrer em situação de normalidade se, no conflito entre Poderes, um deles apelar para as Forças Armadas, em não havendo outra solução*”.

Outro significativo evento que revela a visão dos militares sobre o papel que devem desempenhar na vida política, ocorreu em 3 de abril de 2018, véspera do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula pelo STF; nessa ocasião, o então comandante das Forças Armadas, general Eduardo Villas Bôas, publicou uma Nota, aprovada pelo Alto Comando, que afirmava: “*Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?*” Como se sabe, pela diferença de um voto apenas, o STF não concedeu o HC a Lula da Silva; algumas horas depois dessa decisão, Sérgio Moro pediu a prisão de Lula que deveria ser, em 2018, o candidato do PT à presidência da República.

Posteriormente, o general – ainda hoje venerado pela alta oficialidade do Exército e atuante conselheiro do ex-presidente Jair Bolsonaro – admitiu que romperia com a ordem legal, caso o *habeas corpus*

fosse concedido a Lula da Silva. Em suas palavras à *Folha de S. Paulo*: "*Temos a preocupação com a estabilidade, porque o agravamento da situação depois cai no nosso colo. É melhor prevenir do que remediar*".

No entanto, o mais contundente atentado às instituições democráticas foi o apoio, por parte dos altos comandos das FA's, às *vivandeiras de quartel* que, nas horas seguintes à derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, se instalaram junto às casernas militares, em várias cidades do país. Estas instalações, com eficiente e bem equipada infraestrutura – financiadas por empresários industriais e do agronegócio, parlamentares e autoridades locais –, abrigaram, até o fatídico dia de vandalismo contra os Três Poderes da República (8/1/2023), sediciosos de origem popular, de setores das classes médias, desempregados etc. As investigações da Polícia Federal revelaram que no acampamento – ostensivamente localizado defronte ao Quartel-General da força terrestre de Brasília – circularam também familiares (esposas e filha/os) da alta oficialidade em serviço na capital federal. Estiveram ali para apoiar e insuflar os ânimos dos golpistas que defendiam abertamente a intervenção militar, a anulação das eleições, as destituições de ministros do STF e a prisão do presidente eleito Lula da Silva.

Interpeladas por diversas entidades democráticas da sociedade civil, em todo o país, os responsáveis pelos quartéis e os altos comandos militares se recusaram a exigir que a Lei fosse cumprida; embora as manifestações bradassem pelo golpe militar, pela volta do AI-5, pela destituição do STF e outras medidas antidemocráticas, a alta oficialidade das FA's afirmava que nada poderia ser feito: afinal, brasileiros e brasileiras ali estavam, pacificamente, para manifestar livremente suas opiniões e a liberdade de locomoção no território nacional era sagrada...

Na véspera de se completar os 60 anos do golpe civil-militar, muitas dúvidas e indagações sobressaltam os setores democráticos do país. Entre elas, estariam:

As investigações da PF levarão o STF, após o esperado julgamento, a aplicar exemplares punições ao alto comando político do bolsonarismo, à alta oficialidade militar, aos empresários, aos políticos e às autoridades locais que planejaram a tentativa de golpe, financiaram os acampamentos e se omitiram diante dos atos sediciosos, ocorridos desde a posse de Lula no TSE e, em particular, o vandalismo golpista de 8 de janeiro de 2023?

As punições exemplares exigidas pelos setores democráticos terão força política suficiente para inibir, doravante, as aventuras golpistas da extrema direita e direita brasileira?

Por sua vez, serão rechaçadas todas as anunciadas propostas a serem apresentadas ao Congresso Nacional que visam conceder uma ampla anistia aos responsáveis diretos e indiretos pelo atentado golpista de janeiro de 2023?

Será o ex-presidente Jair Bolsonaro levado às barras dos tribunais a fim de ser julgado pelos crimes praticados por seu governo – entre eles, a recorrente militância em defesa de um golpe de Estado e a responsabilidade direta por milhares de mortes durante a pandemia da Covid-19 (que poderiam ter sido evitadas caso a política de saúde adotada não fosse negacionista e antivacina)?

Oficiais de altos comandos militares serão punidos pelo apoio que deram ao projeto golpista bolsonarista? Ou por terem prevaricado diante das evidentes iniciativas antidemocráticas do ex-presidente?

Caso venham ocorrer, estas punições exemplares, certamente, poderiam ter um efeito benéfico à democracia política no Brasil na medida em que o fim da impunidade, finalmente, teria sido concretizado e se

tornado um marco na história política do Brasil; ou seja, pela primeira vez, os golpistas, torturadores e agentes criminosos da ditadura teriam sido punidos; não mais anistiados!

Mas, convenhamos, nenhuma certeza podemos ter sobre estas expectativas dos setores democráticos do país. Breves observações sobre estas incertezas:

A meu ver, enquanto convicções democráticas e progressistas não estiveram arraigadas no seio da alta oficialidade das Forças Armadas brasileiras, a tutela militar estará sempre assombrando os governos eleitos democraticamente; particularmente, se estes forem reformistas. Atualmente, como nos tempos da “Guerra Fria”, é de se indagar: ideologicamente, os militares não continuam sendo predominantemente antiesquerdistas, refratários a mudanças socioeconômicas e contrários a tentativas de ampliação da democracia política? A experiência histórica não nos impõe reconhecer que os militares têm sido hostis a movimentos sociais progressistas e a governos democráticos populares de orientação reformista, sejam eles brasileiros, sejam de outros países da América Latina?

Se nos anos 1950 e meados dos 1960, no seio das FA’s era possível encontrar oficiais nacionalistas e simpatizantes de reformas sociais, estes tipos de comportamentos, desde 1964, já não mais se manifestam. Sabe-se que militares nacionalistas e de convicções democráticas, atuantes no pré-1964, sofreram severas sanções (prisões, expulsões de suas corporações e cassações políticas). Hoje, é desconhecida a existência de oficiais de convicções democráticas e progressistas no seio das FA’s; se existem, são, a rigor, verdadeiros *párias* sociais, pois não têm nenhuma expressão pública ou qualquer representação política no seio de suas corporações. Em contrapartida, militares da ativa e da reserva, apesar de restrições regimentais, têm sido, em entrevistas e depoimentos públicos, eloquentes em defender posicionamentos conservadores e críticos aos partidos e movimentos sociais de esquerda. E continuam ainda celebrando a “Revolução Redentora” de 1964!

Ainda sobre a debilidade das convicções democráticas do oficialato brasileiro, impõe-se o exame de duas significativas e reveladoras situações: a) nestes 60 anos do golpe de 1964, nenhum artigo, depoimento ou entrevista de alta patente militar chegou a reconhecer, publicamente, que as Forças Armadas cometeram um irreparável equívoco ao derrubar o legítimo governo constitucional de João Goulart. Ou seja, nenhum oficial das FA’s brasileiras faz qualquer autocrítica sobre o Golpe de 1964 e seus destrutivos efeitos políticos e sociais. Talvez o documento mais expressivo sobre a ausência total de uma autocrítica dos militares seja a obra *1964. 31 de março. O Movimento revolucionário e a sua história* (15 tomos com aproximadamente 4.700 páginas, publicados em 2003 e 2005 pela Biblioteca do Exército). Registre-se que, nos 250 depoimentos (majoritariamente de militares graduados), em nenhum momento é feito qualquer reparo crítico ao caráter antidemocrático de 31 de março de 1964; b) a ausência completa de autocrítica dos militares brasileiros sobre os atos antidemocráticos que praticaram, nos quase 21 anos de ditadura militar, pode ser também comprovada pelo repúdio que fazem dos trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade* (2012-2014), criada pelo governo Dilma Rousseff. (Comissão, reitere-se, que apenas foi aprovada, pois não tinha entre seus objetivos o julgamento dos “crimes da ditadura”; não levava no nome a palavra Justiça!) Desde a proposta de criação até os dias atuais, há praticamente uma unanimidade entre a alta oficialidade: a CNV foi “*insultuosa, agressiva e revanchista*” em relação aos militares brasileiros. Não abrindo mão deste posicionamento, os três ministérios militares, de forma ostensiva e afrontosa ao governo Dilma Rousseff, recusaram-se a colaborar com as investigações da

Comissão quando solicitados, por exemplo, a realizar sindicâncias para apuração dos centros de tortura no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Recife.

Concluamos. Mudanças na Carta de 1988 sobre o papel dos militares e reformas dos currículos de formação dos militares se impõem a fim de coibirem a intervenção dos militares na vida política. Tais medidas visariam impor às FA's brasileiras apenas o cumprimento das tarefas de defesa das fronteiras terrestres, marítimas e aeroespaciais do país e de prestação de serviços às populações afetadas por desastres e calamidades públicos.

Por mais democratizadas que sejam as sociedades burguesas, nelas, os militares sempre se constituirão em guardiães da ordem e da lei impostos pelo capital. Reformas sociais e econômicas reivindicadas pelos trabalhadores e setores populares – que, segundo as classes dominantes, poderiam afetar em profundidade seus interesses –, terão, com frequência, as FA's como forças opositoras e, por vezes, protagonistas; na história política brasileira, os militares, regularmente, sempre estiveram combatendo movimentos sociais populares e de lutas da natureza reformista.

Para a teoria política e social marxista, os militares apenas deixarão de ter esse protagonismo antirreformista e estarão inteiramente subordinados aos civis quando se realizar uma democracia com efetiva soberania popular (“poder popular”) e com igualdade radical.

Germinar: Como o pensamento de Marx, em particular, e do marxismo, de modo geral, podem contribuir no enfrentamento as falácias, mistificações, enfim, as falsificações da história sobre o golpe de 1964 e a ditadura empresarial-militar, presentes no discurso dos revisionistas, dos militares e grupos conservadores, que têm se espreado na sociedade brasileira, inclusive entre aqueles/as que mais sofreram, e ainda sofrem, com as consequências das políticas excludentes do período ditatorial? Estudos apontam que durante a ditadura empresarial-militar houve crescimento da desigualdade social no Brasil, passados quase quatro décadas do fim do regime, os dados atuais continuam desanimadores. Ter a percepção dessa realidade não nos basta. Nas *Teses sobre Feuerbach*, Karl Marx alerta de que não basta interpretar o mundo, é preciso transformá-lo. Com base nessa afirmação, como avalia o alcance e a pertinência de teorias marxistas para não só compreender a realidade do Brasil contemporâneo, mas para a sua transformação de modo a superar a desigualdade social, racial e de gênero, entre outras assimetrias próprias da sociabilidade do modo de produção capitalista?

CNT: A teoria de Marx é uma referência fundamental para quem busca, com rigor e em profundidade, conhecer a dinâmica e as contradições das sociedades capitalistas contemporâneas. Neste sentido, pode ser dito que nenhuma outra teoria social e econômica está à altura ou se rivaliza com esta extensa, diversificada e fecunda obra. As novas descobertas feitas pelos pesquisadores da MEGA2 (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*) – ao revelarem a extensão, originalidade, complexidade e diversidade dessa teoria crítica – nos asseguram que a obra de Marx é incontornável. Abarcando inúmeras disciplinas do conhecimento humano, sua síntese representa um imenso desafio aos seus intérpretes e aos militantes socialistas.

A honestidade intelectual exige, pois, que os trabalhos de Marx sejam examinados, em sua inteireza e integridade, com rigor analítico; caso venha ser este o procedimento adotado, as certezas dogmáticas, os reducionismos e os utopismos – que intérpretes e seguidores, por vezes, chegam a imputar a eles – serão definitivamente arquivados. Leve-se em conta que, atualmente, críticos liberais insuspeitos e intelectuais não-marxistas não deixam de reconhecer a relevância da teoria de Marx para a compreensão das permanentes crises do capitalismo. Crises que, na atualidade, se imbricam inextricavelmente: econômica, social, ecológica e demográfica.

Deve ser reconhecido que, hoje, não são poucos os economistas não-marxistas que reconhecem que o capitalismo “não está funcionando bem” e que, continuando neste rumo e direção, corre o risco de entrar em colapso. Revelador desta apreensão dos teóricos e ideólogos burgueses pode ser comprovada pela edição de ano novo de 2023 de *Der Spiegel*, uma das mais importantes revistas da Europa (com uma tiragem de mais de 1 milhão de exemplares). Na capa da revista – que publicou vários textos sobre as crises atuais do capitalismo –, uma significativa capa com a figura do autor de *O Capital* indagava: “*Afinal, Marx estava certo?*”. (Um dos textos da revista reproduzia uma angustiante frase do criador do mais importante fundo em operação no mundo, Ray Dalio: “*o capitalismo precisa urgentemente de ser reformado fundamentalmente. Caso contrário, ele perecerá, e merecidamente.*”)

À comprovada convicção de que a obra de Marx terá sempre validade intelectual e política enquanto o capitalismo perdurar, pode ser também afirmado que nenhuma outra teoria se compara a ela em matéria de crítica radical das desigualdades econômicas, iniquidades sociais e discriminações estruturais do capitalismo. Trata-se de uma crítica que não se fundamenta em pressupostos morais, “humanistas” ou idealizantes; mas, uma crítica de natureza dialética e materialista, pois está ancorada na análise das irreconciliáveis e insuperáveis contradições da ordem capitalista.

Neste sentido, é possível afirmar que, em Marx, teoria e política estão intrinsecamente articuladas e são dimensões indissociáveis. O conjunto da obra de Marx busca ser, simultaneamente, o conhecimento rigoroso e a negação radical da lógica e dinâmica do modo de produção capitalista. Nada que Marx escreveu, em toda a sua vasta obra, é perfunctório ou inconsequente. Distinguindo-se de outras renomadas perspectivas teóricas, pode ser afirmado então que a obra de Marx é *teoria* científica e – pelos elementos e noções que contém – visa ser uma *práxis* revolucionária. A célebre *Tese XI Ad Feuerbach* sintetiza o projeto intelectual e político da teoria de Marx.

No entanto, levando em conta seus pressupostos crítico-dialéticos, é um contrassenso esperar que da teoria de Marx possam ser retiradas fórmulas prontas e acabadas para uma prática transformadora ou revolucionária. Todos e todas que buscam se orientar pela obra de Marx devem repudiar formulações dogmáticas e esquemáticas a ela atribuídas e devem se dispor a enfrentar os novos desafios teóricos, políticos, econômicos e ambientais postos pelo capitalismo contemporâneo. O capitalismo – permanentemente em crise – não desmoronará por força de suas contradições internas; sua extinção apenas será possível caso encontre homens e mulheres que desejem a sua superação e tenham competência política e intelectual para realizar a revolução social.

Entre os novos desafios colocados aos pesquisadores e militantes marxistas, tomemos um caso desafiador presente no mundo do trabalho contemporâneo: a situação dos *trabalhadores por aplicativos*. Em que medida o conceitual teórico de Marx contribui para o conhecimento desta nova realidade do capitalismo e como os militantes marxistas podem atuar na defesa dos trabalhadores? É possível compreender o declínio cumulativo da força, da organização e do ativismo da classe trabalhadora sem a economia política marxista? Mais ainda: sem os conceitos de crise, de contradição e luta de classes, de ideologia e de Estado, tal como foram elaborados ou implícitos na teoria de Marx?

As pesquisas revelam que parte dos trabalhadores por aplicativo e algumas lideranças de associações e grupos de motoristas (e entregadores) defendem o não reconhecimento do vínculo de emprego, rejeitam a CLT, não desejam a intervenção do Estado (na forma da lei) nem de sindicatos para representar a categoria. Para eles, estes vínculos interfeririam na “liberdade de escolha”.

Pesquisas e *surveys* revelam que os trabalhadores representam a si próprios como *autônomos* na medida em que afirmam ter condições para decidir sobre os horários, os valores, os clientes. Para a crítica marxista, estas representações seriam *espontâneas*, não uma mera mistificação imposta aos trabalhadores; a rigor, são “ilusões objetivas”, pois seriam representações secretadas pelas próprias condições de trabalho às quais os trabalhadores, na ordem capitalista, se submetem. As reais condições de existência destes trabalhadores, de fato, aludem à *autonomia*, sobretudo se considerarmos aqueles que têm a *propriedade jurídica* dos meios de transporte ao colocarem seus carros, motos ou bicicletas à disposição da empresa capitalista de plataforma. Finalmente, a ideia de *autonomia*, de “*ser seu próprio patrão*”, alude ao mito do trabalhador autônomo, tal como prevista no famoso Capítulo VI (*inédito*) de Marx.

Por fim, deve ser dito que os trabalhadores por aplicativo também são parte da classe trabalhadora, nem tanto por ser reconhecidos como trabalhadores, mas por rejeitarem a subordinação real ao capital e ao despotismo inerente a toda relação capital e trabalho. Isso não fica evidenciado quando desejam não ter patrões, quando questionam a exploração do capital e quando aspiram ter uma vida sem explorações e discriminações?

Esta breve exposição é, pois, um exercício que visa mostrar a atualidade e a pertinência dos conceitos críticos do materialismo histórico para “a análise concreta de situações concretas”. No caso aqui examinado, o desafio mais relevante que se impõe aos militantes e organizações marxistas será, junto às lutas dos trabalhadores de aplicativos, convencer suas associações e lideranças de que os ideais de uma vida “sem explorações e discriminações” implica necessariamente a luta contra a ordem capitalista. Um imenso e permanente desafio teórico e político.

Notas

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Foi professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Integrou a *Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni”* da Unicamp; pesquisador na área das ideologias políticas, em particular do pensamento político brasileiro e contemporâneo. Atualmente é um dos principais editores do sítio marxismo 21 e integra a Comissão coordenadora da Rede Universitária

em solidariedade ao povo palestino. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1476831117588527> E-mail: cntoledo@terra.com.br

² Ver: <https://marxismo21.org/>

³ TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo104artigo2.pdf

⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.27-38. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285Artigo1.2.pdf

⁵ Ver Maria Celina D`Araujo, Folha de São Paulo, 23/3/2024.

Recebido em: 24 de fev. 2024

Aprovado em: 13 de abr. 2024